



Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO- Nº 32/2022

PROCESSO Nº 172/2022

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Às dezesseis horas do dia 22 de novembro de dois mil e vinte e dois, na sala de licitações, presentes os membros da Comissão Permanente de Licitações, criada pela Portaria nº. 14/2022, reunida com o objetivo de analisar documentação e proposta solicitada das pessoas jurídicas S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS - EIRELI - ME CNPJ: 19.994.677/0001-10, GERVASIO BACKES ME CNPJ: 20.462.820/0001-02, M KLASSEN PRODUCAO MUSICAL CNPJ: 47.979.523/0001-95, T&M FELIPIAKI BAR LTDA CNPJ: 08.022.431/0001-60 e JOÃO CARLOS STEIN NETO CNPJ: 47.497.248/0001-73 para:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDAS PARA SHOWS QUE MARCAM O EVENTO NATALINO NO MUNICÍPIO DE ALPESTRE.

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Cabe ressaltar que a Comissão de Licitação ficou incumbida somente da análise dos documentos de habilitação, pois a escolha da sonorização foi feita pela secretaria solicitante conforme pedido em anexo, inclusive com a escolha da modalidade licitatória, e aprovada pela autoridade superior.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha da contratação das pessoas jurídicas S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS - EIRELI - ME CNPJ: 19.994.677/0001-10, GERVASIO BACKES ME CNPJ: 20.462.820/0001-02, M KLASSEN PRODUCAO MUSICAL CNPJ: 47.979.523/0001-95, T&M FELIPIAKI BAR LTDA CNPJ: 08.022.431/0001-60 e JOÃO CARLOS STEIN NETO CNPJ: 47.497.248/0001-73, se faz conforme justificativa da secretaria solicitante em anexo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Inexigibilidade de licitação, para contratação de bandas para shows que marcam o evento natalino no município de ALPESTRE, sendo R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) com a pessoa jurídica S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS - EIRELI - ME CNPJ: 19.994.677/0001-10, R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com a pessoa jurídica GERVASIO BACKES ME CNPJ: 20.462.820/0001-02, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com a pessoa jurídica M KLASSEN PRODUCAO MUSICAL CNPJ: 47.979.523/0001-95, R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) com a pessoa jurídica T&M FELIPIAKI BAR LTDA CNPJ: 08.022.431/0001-60 e R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) com a pessoa jurídica JOÃO CARLOS STEIN NETO CNPJ: 47.497.248/0001-73, aparenta encontrar-se compatível com o interesse público e está dentro do valor de mercado conforme notas fiscais em anexo ao processo.



Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

Nada mais a relatar foi lavrado o presente documento que será submetido á autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Alpestre, 22 de novembro de 2022.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Tóleman Alan Picoli
Presidente Comis. Licitações

Marcos André Pasa
Membro Comis. Licitações

Evandro Adão Particheli
Membro Comis. Licitações



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

Ilmo. Sr. Tóleman Alan Picoli

Presidente Comissão de Licitações - Alpestre/RS.

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº32/2022. PROCESSO Nº172/2022. OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE BANDAS PARA SHOWS
QUE MARCAM O EVENTO NATALINO NO
MUNICÍPIO DE ALPESTRE-RS.**

Em atenção à solicitação de parecer jurídico final sobre o procedimento licitatório supra, cumpre destacar o que segue:

Trata-se de inexigibilidade de licitação realizada com base no Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

**“Art.25. É inexigível a licitação quando houver
inviabilidade de competição, em especial:**

(...)”

CONSIDERANDO que o procedimento da licitação foi iniciado com a abertura do processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, de acordo com o que preceitua o art. 38 da Lei 8.666/93, contendo; solicitação do setor requisitante, justificativa da aquisição, previsão de recursos orçamentários com indicação das respectivas rubricas, determinação e autorização de abertura de licitação.

CONSIDERANDO a regularidade do Procedimento e a conveniência da aquisição do objeto, bem como a inexistência de qualquer questão quer de natureza formal



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

ou Legal, uma vez que o Art. 25, caput autoriza a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços exclusivos, tendo este requisito restado comprovado no certame.

CONSIDERANDO os artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993 estabelecem os casos de dispensa e inexigibilidades de licitação e, por conseguinte, o artigo 26 do mesmo Diploma Legal determina expressamente os casos em que o processo deverá ser formalizado:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa do preço; IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

CONSIDERANDO a solicitação de compra, oriunda da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, através do Secretário Municipal GUNTER IANSSEN.

CONSIDERANDO que foi observado o princípio da publicidade, com a regular publicação do aviso de inexigibilidade, conforme preceitua a Legislação sobre o tema.

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitação realizada pela Comissão de Licitação, que analisou os documentos de habilitação, informando que a escolha se deu conforme solicitação de compra do Secretário Municipal Gunter Ianssen, inclusive com a escolha da modalidade licitatória e aprovada pela autoridade superior.

CONSIDERANDO que a escolha da contratação das pessoas jurídicas S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS – EIRELI – ME, CNPJ nº 19.994.677/0001-10, no valor de R\$ 10.500,00, (dez mil e quinhentos reais), GERVASIO BACKES ME, CNPJ nº 20.462.820/0001-02, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), M KLASSEN PRODUÇÃO MUSICAL CNPJ nº 47.979.523/0001-95, no valor de \$ 6.000,00 (seis mil reais), T&M FELIPIAKI BAR LTDA CNPJ nº 08.022.431/0001-60 no valor de R\$ 3.500, 00 (Três mil e quinhentos reais), com a pessoa jurídica JOÃO CARLOS STEIN NETO CNPJ nº 47.497.248/0001-73, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), totalizando R\$ 32.400,00 (Trinta e dois mil e quatrocentos reais), se faz conforme justificativa da Secretaria solicitante.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

CONSIDERANDO que o preço aparenta-se compatível com o interesse público e está dentro do valor de mercado conforme notas fiscais em anexo ao processo.

CONSIDERANDO as várias orientações ratificando que essa assessoria já prestou o modo correto de proceder os processos licitatórios, que deve haver **PLANEJAMENTO**, nenhum processo licitatório pode deixar de ser planejado por menor que seja o valor do objeto.

CONSIDERANDO o rigoroso cumprimento de todas as etapas previstas para o certame.

Entendo não haver óbices para a Adjudicação e homologação da licitação nos termos do Art. 25 da Lei 8.666/93.

É o Parecer.

Alpestre, 27 de novembro de 2022.

Linonrose Scaravonatto
Assessora Jurídica
Portaria 046/2018
OAB/RS 62.637

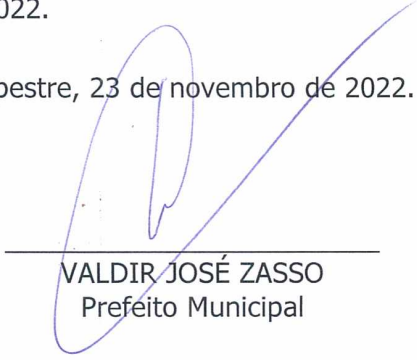


Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

DESPACHO

Com base na Solicitação da Secretaria e no parecer Jurídico reconheço ser inexigível a licitação e ratifico o ato para contratação de bandas para shows que marcam o evento natalino no município de Alpestre, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) com a pessoa jurídica S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS - EIRELI - ME CNPJ: 19.994.677/0001-10, R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com a pessoa jurídica GERVASIO BACKES ME CNPJ: 20.462.820/0001-02, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com a pessoa jurídica M KLASSEN PRODUCAO MUSICAL CNPJ: 47.979.523/0001-95, R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) com a pessoa jurídica T&M FELIPIAKI BAR LTDA CNPJ: 08.022.431/0001-60 e R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) com a pessoa jurídica JOÃO CARLOS STEIN NETO CNPJ: 47.497.248/0001-73, totalizando R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais), com base no Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, conforme Processo Nº 172/2022, Inexigibilidade Nº 32/2022.

Alpestre, 23 de novembro de 2022.



VALDIR JOSÉ ZASSO
Prefeito Municipal

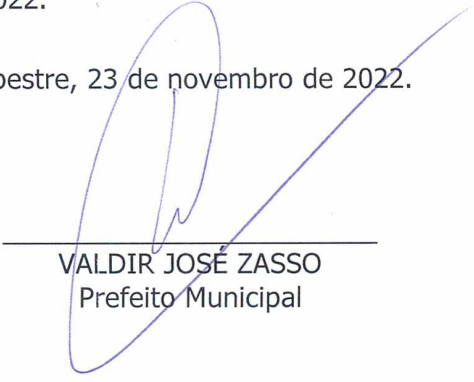


Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Com base na Solicitação da Secretaria e no parecer Jurídico reconheço ser inexigível a licitação e ratifico o ato para contratação de bandas para shows que marcam o evento natalino no município de Alpestre, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) com a pessoa jurídica S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS - EIRELI - ME CNPJ: 19.994.677/0001-10, R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com a pessoa jurídica GERVASIO BACKES ME CNPJ: 20.462.820/0001-02, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com a pessoa jurídica M KLASSEN PRODUCAO MUSICAL CNPJ: 47.979.523/0001-95, R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) com a pessoa jurídica T&M FELIPIAKI BAR LTDA CNPJ: 08.022.431/0001-60 e R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) com a pessoa jurídica JOÃO CARLOS STEIN NETO CNPJ: 47.497.248/0001-73, totalizando R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais), com base no Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, conforme Processo Nº 172/2022, Inexigibilidade Nº 32/2022.

Alpestre, 23 de novembro de 2022.



VALDIR JOSÉ ZASSO
Prefeito Municipal